

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | N°. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Cleber Luiz da Cunha

IFSP

cleber.cunha@ifsp.edu.br

O ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

Thalita Alves dos Santos

IFSP

thalitaalves@ifsp.edu.br

Seguimiento de egrados de cursos técnicos integrados al secundario

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo identificar e descrever a trajetória educacional e profissional dos egressos dos cursos Técnico Integrado em Informática e Técnico Integrado em Mecatrônica, no período de 2017 a 2022. Trata-se de um estudo de caso, tendo como base epistemológica a fenomenologia, por se tratar de um estudo da realidade e das percepções que essa vivência deixa no cotidiano e utilizando a metodologia de pesquisa quanti-qualitativa descritiva e interpretativa e da Educação Comparada. Com relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa é qualitativa do tipo descritiva e se utilizou da análise documental e de um questionário estruturado. As evidências coletadas nos permitiram concluirmos que é preciso considerar que a continuidade dos estudos e/ou a inserção profissional não podem ser pautadas apenas em decisões pessoais, uma vez que questões econômicas, financeiras, sociais, culturais, simbólicas, do sistema produtivo, do mercado e de interesse pessoal/profissional perpassam tal processo. É possível inferir que curso técnico integrado ao ensino médio tem garantido aos estudantes o acesso ao ensino superior e a possibilidade de formação para o exercício profissional. Contudo, quanto aos dois cursos comparados, verificou-se que o curso Técnicos Integrados em Informática proporciona uma maior verticalização de ensino, maior eficácia na continuidade de estudos superior e maior possibilidade profissional na área de atuação.

Palavras-chave: egresso. técnico integrado. verticalização. inserção profissional.

Resumen. El presente trabajo tuvo como objetivo identificar y describir la trayectoria educativa y profesional de los egresados de las carreras de Técnico Integrado en Informática y Técnico Integrado en Mecatrónica, del año 2017 al 2022. Se trata de un estudio de caso, teniendo como base epistemológica la fenomenología, por ser un estudio de la realidad y las percepciones que esta experiencia deja en la vida cotidiana y utilizando metodología de investigación cuanti-cualitativa descriptiva e interpretativa y Educación Comparada. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la investigación es cualitativa y descriptiva y utilizó análisis documental y cuestionario estructurado. La evidencia recolectada permitió concluir que es necesario considerar que la continuidad de estudios y/o inserción profesional no puede basarse únicamente en decisiones personales, ya que cuestiones económicas, financieras, sociales, culturales, simbólicas, el sistema de producción, el mercado y El interés personal/profesional impregna este proceso. Es posible inferir que un curso técnico integrado al bachillerato ha garantizado a los estudiantes el acceso a la educación superior y la posibilidad de formación para el ejercicio profesional. Sin embargo, respecto de los dos cursos comparados, se encontró que el curso de Técnicos Integrados en TI brinda mayor verticalización de la docencia, mayor efectividad en la continuación de la educación superior y mayores posibilidades profesionales en el área de actividad.

Palabras Clave: egrado. técnico integrado. verticalización. inserción profesional.

1. Introdução

O contexto histórico de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), teve início em 2005, quando, após ascensão do Presidente Lula ao governo em 2003, o governo primeiramente assinou o Decreto nº 5.154/04 que eliminou as amarras estabelecidas pelo Decreto nº 2.208/97 que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos, superando o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso para a Educação Profissional e Tecnológica. Depois, promulgou a Lei Nº 11.195/2005 que revogou a proibição de criação de novas unidades de ensino por parte da União, antes instituída pela Lei nº 8.948/1994. Assim, o Ministério da Educação (MEC), por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), dá início em 2005, ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede Federal), anunciando a criação de 42 unidades, sendo: Escolas Técnicas Federais (5), Escolas Agrotécnicas Federais (4), implantação de 33 novas Unidades de Ensino Descentralizadas, com a instalação de pelo menos uma Instituição Federal de Educação Tecnológica em ao menos 23 Unidades da Federação (Setec/MEC, 2005). Já em 2007, foi lançado pelo MEC, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com a intenção de se instalar até 2009, por todo país, 150 instituições de ensino de educação profissional.

Após diversas tratativas entre o MEC e os representantes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), das Escolas Técnicas vinculadas à Universidade Federal (ETUF) e das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), em 2008 é publicada a Lei nº 11.892, em 30 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal e criou os Institutos Federais.

Assim, surgem os Institutos Federais, instituições de educação profissional e tecnológica que devem ofertar cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, devendo ainda atuar na educação de jovens e adultos (10% das vagas), na qualificação profissional, na formação continuada e disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados com foco na pesquisa aplicada de inovação tecnológica (Brasil, 2008). Tendo “na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência” (Pacheco, Pereira e Domingos, 2010, p.79).

Visando ainda:

a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (Pacheco, 2011, p.49-50).

Apesar de sua característica de atuação em diferentes níveis e modalidades de ensino, Rezende (2011) chama atenção para uma melhor compreensão dessa diversidade presente nos Institutos Federais:

Essa diversidade não pode ser confundida com dispersão. Não se trata de um

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

conjunto aleatório de cursos. O objetivo primeiro dos institutos federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Essa compreensão é válida para qualquer atividade de ensino, extensão ou pesquisa. O que está posto para os institutos federais é formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam para a realização de suas atividades profissionais de formação em nível superior, como para os que precisam da formação em nível médio técnico, como para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas, ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho (Rezende, 2011, p.65).

Isto posto, o Ensino Médio Integrado à formação técnica profissionalizante é uma das possibilidades de formação do Ensino Médio, instituída pelo Decreto nº. 5154/2004 que tem em sua gênese “o objetivo de possibilitar que os sujeitos tenham formação que, conquanto garanta o direito à educação básica também possibilite a formação para o exercício profissional” (Ramos, 2008, n.p). Demonstrando uma relação direta entre o papel desempenhado pela educação e entre escola/universidade e entre trabalho/emprego.

O Censo da Educação Básica de 2022 apresenta um total de 794.955 matrículas em cursos de técnicos integrados ao ensino médio no país, registrando um aumento de 210.391 matrículas num período de 5 (cinco) anos. Já a Rede Federal de Educação foi responsável por 285.873 matrículas em cursos técnicos integrados em 2022, representando 36% desta cobertura. Vale a pena destacar que na Plataforma Nilo Peçanha, temos a informação de que 57.422 estudantes concluíram um curso técnico integrado em 2022, o que evidencia a importância de se trabalhar com o egresso como objeto de conhecimento.

O acompanhamento da efetividade das políticas públicas se apresenta como importante mecanismo de controle social sobre os investimentos públicos, previsto na Lei Nº 9.394 de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Na LDB temos dois incisos (V e VII-A) do art. 9º que preveem de forma colaborativa, a avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, com vistas a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e a avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica. (Brasil, 1996).

Neste contexto, o Instituto Federal de São Paulo, em 2022, promulgou uma nova resolução normativa que objetivava aprovar a Política de Acompanhamento de Egressos (PAEg) da instituição. A Resolução Normativa Nº 13/2022, apresenta como principal objetivo da PAEg:

(..) orientar ações voltadas para o processo de conhecimento, avaliação, monitoramento e acompanhamento da Instituição, tendo como foco o egresso e a sua realidade social, profissional e acadêmico, a fim de subsidiar o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais (IFSP, 2022).

De forma complementar, segundo Rocha-de-Oliveira (2012) o termo “inserção

profissional” nasce na França, na década de 70 e expressa uma passagem por um longo e complexo processo, pois pode significar o ingresso na parte da população ativa e a ocupação de uma posição de estabilidade no sistema de emprego e atualmente assume status de problema social na contemporaneidade uma vez que refletem o “(...) adiamento da entrada na idade adulta e o conseqüente prolongamento da juventude”.(Rocha-de-Oliveira, 2012, p. 128). Aqui, definimos inserção profissional como o desempenho de qualquer tipo de atividade remunerada no momento da resposta ao questionário.

Destaca-se também que esta ação vem ao encontro às exigências legais previstas na Lei Nº 9.394/1996, nos V e VII-A do Art. 9º, que preveem de forma colaborativa, a avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, com vistas a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e a avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica.

Acredita-se então, que o acompanhamento dos egressos de forma sistematizada permite uma análise da efetividade de uma política pública educacional, neste caso voltada para a formação profissional. Pois o acompanhamento de egressos se apresenta como uma importante possibilidade de avaliação da qualidade do ensino que uma instituição educacional oferece à sociedade (Carneiro et al., 2019).

2. Metodologia

Trata-se de um estudo de caso, tendo como base epistemológica a fenomenologia, por se tratar de um estudo da realidade e das percepções que essa vivência deixa no cotidiano e utilizando a metodologia de pesquisa quanti-qualitativa descritiva e interpretativa e da Educação Comparada. Com relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa é qualitativa do tipo descritiva e se utilizou da análise documental e de um questionário estruturado.

Como destaca Ciavatta (2009) o ato de comparar em educação tem sido um dos principais elementos do processo de construção de conhecimento e de aprendizagem que se utiliza da analogia entre semelhanças e diferenças para se construir não só o conhecimento a respeito de fatos, fenômenos ou processos educativos, mais principalmente a interpretação destes com o contexto social, político, econômico e cultural a qual estão inseridos.

Para análise dos dados coletados se utilizou da pesquisa documental, agregando a abordagem qualitativa para a pesquisa. Como afirmam Freitas e Jabbour (2011, p. 9) “a combinação metodológica é considerada uma forma robusta de se produzir conhecimentos, uma vez que se supera as limitações de cada uma das abordagens tradicionais (qualitativa e quantitativa)”. O que também caracteriza o presente estudo como uma triangulação metodológica.

Foi elaborado um questionário eletrônico e este enviado, via e-mail, aos 382 egressos dos cursos Técnico Integrado em Informática (TII) e Técnico Integrado em

Mecatrônica (TIM), concluintes dos cursos entre 2017 e 2022. O convite para a participação também foi reforçado via aplicativo de mensagens. Dos 382 egressos (143-TII/179-TIM) tivemos a participação de 170 egressos, correspondendo a 44,5% de participação. Sendo os respondentes 79 egressos do curso TII e 91 egressos do curso TIM. Os dados foram analisados, leituras para auxiliar na compreensão foram realizadas e o estudo se apresenta dividido em 3 partes: 1 - Perfil do egresso, 2 - Continuidade dos estudos em nível superior e, 3 - Relação entre a formação obtida e a inserção no mercado de trabalho.

3. Revisão de Literatura

Para a realização da revisão de literatura, como estratégia de busca foram delimitados os vocabulários de descritores controlados: Instituto Federal; Verticalização e Integrado, e utilizado o operador booleano and como delimitador, foram reportados 12 trabalhos, sendo três teses e nove dissertações. A tese da pesquisadora Estela Pereira Batista, foi selecionada por ter como objeto o ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo, a autora se propôs a identificar as concepções de perfil de egresso do ensino médio integrado, nos cursos técnicos integrados em Informática, se valeu do materialismo histórico dialético como escolha epistemológica e como procedimentos de coletas de dados se utilizou da análise documental, de entrevistas e de questionários abertos. Seus principais apontamentos são com relação ao distanciamento do perfil de egresso encontrado nos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados de uma concepção de educação integral em perspectiva crítica, e que as “concepções de perfil de egresso são influenciadas ou mesmo determinadas pela conjuntura político-econômica estabelecida pelas relações de poder, ora popular e progressista, ora conservadora e neoliberal” (Batista, 2023, p. 282).

Souza (2017) contribui com sua pesquisa de análise sociológica sobre “Percurso da Educação Profissional de Nível Médio Integrado no IFPR de Telêmaco Borba/PR”. Como ponto principal, destaca-se sua busca por definir o conceito de juventudes e a compreender como vivem, trabalham e estudam os jovens no Brasil. A autora relaciona a reestruturação produtiva com a precarização do trabalho e apresenta suas implicações na inserção do jovem no mercado de trabalho, que se dá na maioria das vezes em “situação laboral provisória, instável, insalubre, marcada por relações de trabalho precárias, e muitas vezes, informais” (Souza, 2017, p.51). Na mesma linha de discussão sobre juventude e inserção profissional segue a dissertação de Silva (2021, p. 25) que destaca a importância da informação e orientação profissional dentro do processo educacional do estudante, pois “o Brasil ainda é carente em políticas institucionais em relação a orientação profissional, a integração entre escola e trabalho e a inserção dos jovens no Mundo do Trabalho.

O trabalho de pesquisa em nível doutoral desenvolvido por Ribeiro (2022) se destaca ao relacionar a verticalização do ensino com a permanência e êxito dos estudantes. Já a dissertação de Barreto (2022, p.93) conclui que “a pesquisa de egresso

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

contribui consideravelmente para o levantamento de informações e geração de dados que podem servir para tomadas de decisão e para auxiliar em implementação de políticas de assistência, permanência e êxito dos estudantes.

Outro trabalho relevante é o de Cavalcante (2021), que em sua tese “A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)”, após análise de dados de um questionário que foi respondido por 90 egressos de cursos técnicos integrados, concluiu que “tanto acesso ao ensino superior quanto empregabilidade pouco remunerada caminham juntas” (Cavalcante, 2021, p.168), e isso deve-se pois “os IFs são resultados de um contexto não acabado e em disputa que diz muito sobre a luta de classes no Brasil, mais precisamente a luta dos educadores da escola unitária envolvidos nos ideais da politécnica com os interesses liberais dos diversos atores e governos ao longo da história” (Idem, p.169).

Sobre a dissertação de Batista (2023, p.63) que desenvolveu um projeto educacional que se trata de um manual com procedimentos a serem seguidos para a coleta de dados de egresso e como devem ser feitos o “cruzamento de dados dos CPF dos egressos com os dados contidos na RAIS e no CAGED e à sua condição de Microempreendedor Individual (MEI)”, propiciando informações relevantes que ampliam as possibilidades de pesquisas sobre egressos. Outro ponto relevante está na definição para o termo Egresso que a autora apresenta, e será aqui adotada, sendo:

alguém que, em algum momento, possuía vínculos, na figura de discente, em uma Instituição de ensino formal, por meio de uma matrícula e que deve ter cumprido todas as etapas necessárias para receber seu diploma de conclusão de curso. Pertence este, então, à instituição de origem, por tempo indeterminado, mantendo com esta uma relação afetiva – positiva ou negativa – profissional, e/ou, no mínimo, legal. Tendo em vista que por determinação da legislação todos os documentos referentes à sua vida acadêmica são preservados por um longo período de tempo (Batista, 2023, p.26).

A dissertação de Nóbrega (2018) se torna relevante pela autora ter realizado uma avaliação da política de educação profissional ofertada pelos Institutos Federais, por meio de estudo de caso do Campus Paranaguá, elegendo como critérios de avaliação diferentes finalidades que constituem a atuação dos Institutos Federais. Contudo, sua avaliação sobre verticalização se dá apenas a partir do viés da oferta de cursos em diferentes níveis no mesmo eixo tecnológico (itinerário formativo).

Isto posto, é possível estabelecer que para o estudo deste tema é importante considerar que os resultados encontrados demonstraram como esta temática ainda é pouco explorada considerando a relevância que os Institutos Federais têm construído no país enquanto política pública de oferta de Educação Profissional e a centralidade que novamente volta a ocupar no atual governo Lula. A revisão foi importante para mostrar que ainda é necessário avançar com os estudos que avaliem a eficiência dessa política e visem contribuir com a formação de um panorama que explicita a participação e interferência direta na formação de profissionais e a atuação no mundo do trabalho.

4. Resultados e Discussão

Os dados foram analisados e divididos em três partes para favorecer a compreensão: 1 - Perfil do egresso, 2 - continuidade dos estudos em nível superior e, 3 - Relação entre a formação obtida e a inserção no mercado de trabalho.

Quanto ao item 1 - Perfil do egresso: o curso TII apresenta um número maior de egressos do gênero feminino, já o de TIM tem um número maior de egressos do gênero masculino. O curso TIM apresenta uma taxa maior de permanência de egressos na cidade de Presidente Epitácio, sendo de 55% no curso TII e de 43%. Há egressos de ambos os cursos nos estados de Mato Grosso do Sul (1 -TII/16-TIM), Paraná (5 -TII/4-TIM), Goiás (1-TII), Minas Gerais (1-TIM) e ambos os cursos possuem 1 (um) egresso cada residindo no exterior.

A participação dos egressos em projetos de pesquisa, extensão e ensino com o recebimento de bolsa é baixo, sendo: pesquisa (11-TII/11-TIM), extensão (6-TII/5-TIM) e ensino (6- TII/5-TIM). Com relação a participação no Programa de Auxílio Estudantil, 34 egressos do curso TII declararam terem recebido algum tipo de auxílio e 51 do curso TIM também, em ambos os casos o tipo de auxílio com maior número de recebimento é o auxílio alimentação (29- TII/40-TIM), seguido pelo auxílio material escolar (13-TII/32-TIM), podendo serem recebidos concomitantemente.

Já com relação ao item 2 - Continuidade dos estudos em nível superior: a porcentagem de estudantes que estão cursando um curso superior ou cursaram é um pouco maior no curso de TII, sendo 84,8% (67-TII) e de 80,2% (73-TIM).

Com relação a verticalização na escolha do curso superior, o curso de TII apresenta um percentual de 37% de egressos que escolhem um curso superior na área de formação (25-TII) quando comparado ao curso de TIM que é de 24,6% (18-TIM). Ambos os cursos apresentam porcentagem expressiva de egressos inseridos em instituições públicas de nível superior, sendo 59,4% no curso TII e de 59,3% no curso TIM.

Os dados permitem identificarmos que são positivas as ações de verticalização, uma vez que há uma permanência dos estudantes residindo na região da instituição de ensino; que estes há relação entre a formação técnica e a escolha do curso de nível superior.

Quando analisamos os casos dos egressos que não cursaram ou cursam um curso superior, os principais motivos alegados foram: “necessidade de trabalhar” (4- TII/8-TIM); seguida pelo motivo de “não terem decidido quanto ao curso” (2- TII/3-TIM) e 3 egressos do curso TIM apresentaram como motivo “não ter condições financeiras para fazer o curso superior que gostariam”. Ambos os cursos apresentam 2 (dois) egressos cursando um outro curso técnico de nível médio.

Verificamos ainda há materialização da dualidade que marca a formação profissional ao preparar os estudantes ou para a qualificação para acesso ao mercado de trabalho ou para a formação geral para ingresso no ensino superior, contudo os dados demonstram que cursos técnicos integrados ao ensino médio pode sim ser considerados

como uma modalidade da educação profissional que amplia o leque de oportunidades futuras dos estudantes.

Como último ponto temos o item 3 - Relação entre a formação obtida e a inserção profissional. O percentual de egressos exercendo algum tipo de atividade remunerada no momento da pesquisa é levemente maior no curso de TII, sendo de 51,8%(41) quando comparado ao de 47,2%(43) do curso TIM. Porém, o número daqueles que exercem estas atividades diretamente relacionadas ou parcialmente relacionadas com o curso de formação são bem diferentes, sendo: diretamente relacionada (10-TII/2-TIM), parcialmente relacionada (13-TII/6-TIM), sem relação (19-TII/36-TIM).

Os dados evidenciam que o curso de TII apresenta uma maior aderência entre a formação do estudante e sua atividade profissional, apresentando muita distância entre esses dois polos no curso TIM. Já sobre o tipo de relação trabalhista, reconhecendo que hoje há uma diversidade de modos de inserção e que estas se adaptam às novas forma de emprego, foram oferecidas diversas possibilidades de respostas, contudo apesar das opções disponibilizadas o maior número de respondes declaram a opção “outros” (12-TII/16-TIM) não sendo possível identificar especificamente ao que se referem. Dentre as opções, temos: horista (3-TII/3-TIM); freelancer (4-TII/4-TIM); período de experiência (5-TII/5-TIM); autônomo (3-TII/3-TIM), sem vínculo empregatício (2-TII/2-TIM), estágio (10-TII/7-TIM).

Sobre os valores salariais declarados: menos que R\$1320,00 (15-TII/11-TIM) e acima de R\$3300,00 (3-TII/4-TIM). Porém, dos que recebem acima de R\$3300,00 no curso de TII todos estão desempenhando atividades relacionadas diretamente com a sua formação profissional, quando no curso TIM: 2 trabalham em sem relação com a formação, 1 diretamente relacionada e 1 parcialmente relacionada.

Quando questionados sobre terem atuado profissionalmente na sua área de formação: (47-TII/63-TIM) egressos não atuaram na área, (16-TII/27-TIM) não tem interesse em atuarem na área, sendo que (15-TII/06-TIM) já atuaram profissionalmente na sua área de formação do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Foi medido também o nível de satisfação dos egressos com sua formação e as oportunidades de emprego na sua área de formação, os indicadores são: (43-TII/41-TIM) satisfeitos, (19-TII/13-TIM) muito satisfeitos, (14-TII/26-TIM) pouco satisfeitos e (2-TII/11-TIM) insatisfeitos. Sendo o índice de insatisfação maior no curso TIM.

5. Conclusões

É preciso considerar que a continuidade dos estudos e/ou a inserção profissional não podem ser pautadas apenas em decisões pessoais, uma vez que questões econômicas, financeiras, sociais, culturais, simbólicas, do sistema produtivo, do mercado e de interesse pessoal/profissional perpassam tal processo. Os resultados encontrados na pesquisa apontam que o curso TIM tem 36 egressos a mais que o curso de TII, se considerarmos que a oferta de vagas foi a mesma, assim o curso de TIM apresenta uma

maior eficiência acadêmica no indicador de concluintes. Contudo, o curso de TII apresenta mais egressos do gênero feminino que responderam o questionário, indicadores maiores de permanência de egressos na cidade e um maior percentual de egressos que estão cursando um curso superior ou cursaram. O curso de TII também apresenta um maior índice de verticalização de área no ensino superior, maior relação de atividade remunerada na área de formação e maior índice de satisfação. Isto posto, salienta-se que o curso TII proporciona uma maior verticalização de ensino, maior eficácia na continuidade de estudos superior e maior possibilidade de atuação profissional na área de atuação.

Acredita-se que o presente estudo contribui ao trazer informações relevantes sobre os egressos dos cursos técnicos integrados e a relação entre a formação ofertada e a inserção social e profissional ao trazer informações relevantes sobre a relação entre a formação e o arranjo produtivo regional, ofertando subsídios para uma avaliação crítica do papel social da unidade do Instituto Federal na região na qual está inserido, favorecendo uma análise da relação entre os eixos tecnológicos de atuação e o arranjo produtivo regional. Embora o objeto de estudo apresentado esteja recortado espacial e temporalmente, esta pesquisa pretende ainda contribuir para o conjunto de pesquisas que compõem um contexto maior de produção de conhecimento sobre a educação que é ofertada à classe trabalhadora no país, em especial na educação secundária e profissional.

6. Referências

BARRETO, J. C. A. **A Importância da Pesquisa de Egresso para Tomada de Decisão e como Suporte para Políticas de Assistência, Permanência e Êxito no Ensino Médio Integrado do Campus Irecê do Instituto Federal da Bahia.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2022.

BATISTA, E. P. **O ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo: diagnóstico e perspectivas.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 02 de set. 2023.

CARNEIRO, E. S. et al. Mecanismos de acompanhamento de egressos dos institutos federais de educação profissional e tecnológica e suas contribuições para a avaliação institucional. **VI CONEDU** - Vol 1. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 2321-2339. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65461>>. Acesso 02 de set. 2023.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

CAVALCANTE, J. J. C. **A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil.** Tese (Doutorado - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Educação) - Campus de Campo Grande), 2021.

ClAVATTA, M. Estudos comparados: sua epistemologia e sua historicidade. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000400007&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=Ao%20refletir%20sobre%20a%20verdade,%C3%A0%20hist%C3%B3ria%20de%20sua%20elabora%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em 02 de abril de 2021.

FREITAS, W. R S; JABBOUR, C. J C. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. **Revista Estudo & Debate**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2011. Disponível em:
<https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560>. Acesso em: 14 maio 2024.

IFSP. **Resolução Normativa Nº13, de 01 de novembro de 2022:** Dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em:
<https://drive.ifsp.edu.br/s/FHQS76kMF6r4qCT#pdfviewer>. Acesso 02 de set. 2023.

NÓBREGA, S. **Avaliação da política de educação profissional no Instituto Federal do Paraná:** um estudo de caso do Campus Paranaguá. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2018.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011.

PACHECO, E.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS, S. M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254> Acesso em 15 de jul. de 2024.

RAMOS, Ma. Concepção do Ensino Médio Integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará**, v. 8, 2008. Disponível em:
http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso 31 ago. 2023.

REZENDE, C. et. al. Institutos federais: Lei no 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. In. PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação**

profissional e tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. pp.47-113.

RIBEIRO, I. **A política de verticalização do ensino no Instituto Federal Goiano, campus Trindade e as possibilidades de itinerários formativos discente.** Tese (Doutorado em Educação - Escola de Formação de Professores e Humanidades) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)**. Rio de Janeiro, v. 6, nº. 1, p. 124-135, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11087f>. Acesso 11 set. 2023.

SETEC/MEC. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.** 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em 05 de ago. de 2024.

SILVA, S. C. **As Escolhas Profissionais dos Egressos do Curso Técnico em Mineração Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Catalão.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

SOUSA, O. P. **Qualificação profissional e mundo do trabalho: o Instituto Federal Goiano - Campus Posse na perspectiva dos egressos.** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Cleber Luiz da Cunha

Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. Professor no IFSP Campus Presidente Epitácio (IFSP-PEP).

Thalita Alves dos Santos

Doutoranda em Educação na UNESP/Marília. Técnica em Assuntos Educacionais no IFSP Campus Presidente Epitácio (IFSP-PEP). Membro do grupo de pesquisa Coletivo de Pesquisadores de Políticas Educacionais (COPPE).